

R\$

\$

↔

🛒

NÃO VENDA A MINHA ESCOLA.

Cartilha informativa

Outra
educação
é possível

 **APP**
SINDICATO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL
Em defesa da escola pública
CUT CPE



NÃO VENDA A MINHA ESCOLA

Pela garantia de uma escola pública de qualidade para todas(os), com igualdade, inclusão, com financiamento e gestão pública e não privada.

O governo Ratinho Jr. vem, desde o seu início de mandato, em 2019, em uma escalada de desmonte da educação pública do Paraná adotando um conjunto de medidas privatistas com o objetivo de emular um modelo de escola empresa, cuja finalidade é obter o melhor ranqueamento no IDEB e entregar recursos ao empresariado para servir de propaganda para o seu governo.

O programa Parceiro da Escola, recentemente sancionado pelo governo (Lei 22006/2024), representa a maior investida privatista já vista na educação pública no Brasil, possibilitando que 204 escolas públicas sejam vendidas às empresas. Uma verdadeira ofensiva ultraliberal e autoritária que pretende usar a estrutura da escola pública e o dinheiro público da educação para transformá-la em um negócio que gerará lucro para os empresários. Cria-se um verdadeiro balcão de negócios em que não estão descartadas a obtenção de vantagens, afinal, estará em disputa parte considerável do orçamento da educação básica, que é de cerca de 10 bilhões de reais no Paraná.

O governo, desde a aprovação da lei, tem feito de tudo para que as comunidades optem pelo Programa quando das consultas. Tem pressionado, ameaçado e assediado as direções de escola, os professores(a), pedagogos(as), funcionários(as), estudantes e agora até mães, pais e responsáveis. Tem vendido uma falsa ideia, um verdadeiro canto das sereias, de que a escola vendida será melhor para todos(as). E tem investido muito. Se fosse tão bom não precisaria de tanto esforço!

Nós, do Movimento Não Venda a Minha Escola - uma reunião de forças que congregam educadoras(es), pais, mães, responsáveis legais, estudantes, sindicatos e movimentos sociais - lutamos na defesa da escola pública de qualidade, com financiamento e gestão pública. Negamos a aceitar a escola pública como mercadoria. A educação não pode ser um balcão de negócios.



SOMAR FORÇAS NESTE MOMENTO É IMPRESCINDÍVEL E URGENTE! JUNTE-SE A NÓS NO MOVIMENTO!

É preciso dialogar com lideranças de todos os campos e setores da sociedade e, também, com as comunidades escolares que estão na lista de privatização para que possamos mostrar os prejuízos que representam a venda destas escolas às empresas privadas.

**Educação não é mercadoria!
É um direito de todos(as) e dever do estado!**

O governo do Estado lançou um documento com explicações sobre o Programa Parceiro da Escola e a APP-Sindicato apresenta um contraponto ao documento.

1 - O que é de fato o Programa Parceiro da Escola?

É um programa (Lei 22006/2024) que visa PRIVATIZAR 204 escolas públicas do Paraná. Escolas mantidas com dinheiro público, sendo que muitas delas foram reformadas recentemente para agora serem entregues para um empresário ter lucro. Muito lucro!

2 - É um Programa inovador?

Não. O governador tem uma certa satisfação em apresentar políticas de desmonte da educação como novidade.

Não é um programa INOVADOR. Ele já foi aplicado desde os anos 1970 e 1980 em alguns países, como Estados Unidos da América, Chile, Reino Unido e Espanha. O que o governo não conta é que o

programa foi rejeitado nesses países e que impediram a maioria dos estudantes mais pobres ao acesso escolar.

3 - Como funciona o Programa?

Como diz o governo: Na prática vai entregar a escola para uma empresa que fará a gestão administrativa da escola. Outra falácia. Não é possível desassociar a gestão administrativa da gestão pedagógica da escola. Todas essas decisões são conjuntas e deveriam passar pelo Conselho Escolar e por toda a comunidade.

4 – Ao invés de privatizar a escola, por que o governo não contrata um(a) funcionário(a) de carreira?

O governo poderia contratar um(a) funcionário(a) para ficar sempre na escola e realizar todo o trabalho administrativo e financeiro junto com a direção da escola. Esse(a) funcionário(a) cria vínculo com a escola e com a comunidade escolar. Vai estar sempre ali desenvolvendo seu trabalho.

5 – E se a empresa quebrar? Ou sentir que não vale mais a pena continuar como “parceira”?

Ela deixa de prestar o serviço e vai embora. Isso aconteceu muito nos Estados Unidos, onde empresas desistiram da privatização. Não fica nada de acúmulo para a escola. Ela fica abandonada. A empresa de uma das escolas de Curitiba desistiu já no primeiro ano de privatização e a escola ficou meses sem ninguém. Depois disso, criaram uma empresa de última hora, oriunda das empresas anteriores para a nova privatização.

6 – O programa Parceiro da Escola é um projeto de PRIVATIZAÇÃO?

Sim. Quando, no serviço público, o governo passa recursos da população para uma empresa privada, é privatização. Isso porque nenhuma empresa trabalha sem lucro e, diga-se de passagem, gosta de muito lucro. Cada uma das 204 escolas, no mínimo, vai ganhar 240 milhões por ano. Onde se tem lucro, de um recurso que deveria ir direto para todas as escolas, é PRIVATIZAÇÃO.

7 – Por que o governo NÃO PERMITIU a aprovação de uma emenda na Assembleia Legislativa que impediria a cobrança de mensalidades?

Porque quando se privatiza, tudo começa muito manso. Depois, sabemos que as empresas vão exigir cada vez mais. Com isso, elas podem, no futuro, exigir “mensalidade” das famílias. Ou mesmo, de forma indireta, outros valores. Quem não pode contribuir, via de regra, é tão exposto(a) que acaba saindo dessas escolas e só ficam aqueles(as) que atendem às regras.

8 – É verdade que a gestão da escola vai melhorar?

Com a venda das escolas, as empresas terão o controle da gestão escolar. O texto do governo fala que a atual direção da escola terá o controle pedagógico. Em outro ponto do projeto está definido que a empresa cobrará metas. As metas são pedagógicas, portanto, a empresa é quem ditará para os(as) estudantes, famílias e escola o que pode e o que não pode para atingir as metas. O que é inconstitucional. Além disso, as empresas poderão contratar profissionais com menores salários e quase sempre em início de carreira e pressionar por notas mais altas pela aprovação de estudantes sem as devidas condições de aprendizagem.

9 – Essas escolas receberão mais recursos ao longo do programa?

Sim, receberão. Vai depender das metas atingidas, o que repetimos, interfere no pedagógico. As escolas receberão uma bonificação pelos resultados alcançados. Nas escolas já privatizadas, a maioria dos(as) professores(as) e funcionários(as) pediram remoção por conta da pressão pedagógica que sofreram. A empresa só quer ganhar cada vez mais.

10 – É verdade que o estado não pode contratar professores(as) substitutos(as) com agilidade?

Ele não quer! E não se organiza para isso. O governo deveria colocar na demanda da escola (número de profissionais) mais funcionários(as) e também professores(as) para além daqueles(as) que já estão nas escolas. Esses(es) podem ficar disponíveis para diversas atividades na escola, inclusive substituição daqueles(as) que, por

algum motivo, tenham falta justificada dentro de regras estabelecidas. Tem como resolver. Falta vontade política.

11 – Vai continuar tendo eleição de diretores(as)?

Um dos pilares da gestão democrática é a escolha das direções pela comunidade. Isso não acontecerá a partir do momento em que a escola for vendida. O Estado diz que a direção vai continuar. Mas, o que não diz é que pode tirar a direção quando quiser, o que já vem acontecendo em todas as escolas.

Para a direção será nomeado(a) um(a) interventor(a), que poderá nem ser profissional da escola. Este(a) profissional se submeterá às exigências da empresa, não tendo autonomia. Além dessa situação, outra ameaça à gestão é que os órgãos colegiados das escolas, como Conselho Escolar, APMF e até os Grêmios Estudantis não terão garantida a sua autonomia de funcionamento, uma vez que as empresas terão influência sobre estes órgãos.

12 – É verdade que foi o governo Ratinho Jr. que acabou com os contraturnos que atendiam nossos(as) estudantes?

Sim. O governo Ratinho Jr. ACABOU com um dos melhores programas das escolas públicas: o contraturno, onde professores(as) atendiam os(as) estudantes com mais dificuldades. Também acabou com diversos programas de atividades culturais e esportivas. Isso ele não conta. Depois de acabar com os programas nas escolas públicas vem dizer que a empresa privada vai fazer nas escolas. É muita enganação mesmo.

13 – Vai melhorar a aprendizagem?

Os(as) educadores(as) sempre querem e trabalham para que a aprendizagem melhore, mas não será vendendo as escolas que isso vai acontecer. As empresas estarão preocupadas com suas metas e seus lucros. Lembra da Copel, da Sanepar e dos pedágios? No Paraná a privatização da Copel, da Sanepar ou mesmo dos pedágios não levou à melhoria dos serviços à população. Bem pelo contrário, aumentaram as reclamações, inclusive do próprio setor empresarial que recentemente criticou o atendimento da Copel.

14 – É possível medir a aprendizagem com metas e provas?

Sim, mas não apenas para se obter números. É isso que o governo Ratinho vem fazendo, não se importando se houve aprendizagem para valer. Nas escolas há diversas relações envolvidas na aprendizagem, desde as questões individuais e sociais, que tornam a tarefa de “medir” o sucesso escolar muito difícil e complexo. Como, por exemplo, avalia-se uma criança com deficiência mental? Das escolas indígenas e do campo? Ou o(a) estudante trabalhador(a) e do noturno? São realidades distintas que exigem metodologias igualmente distintas que geram uma forma de sucesso escolar que as avaliações não alcançam.

O trabalho cotidiano de professores(as) e funcionários(as) de escola é que consegue qualificar a aprendizagem dos(as) estudantes. Por isso, o trabalho coletivo pedagógico com mais horas para organizar o trabalho, menos alunos(as) em sala, menos assédio, plataformas, entre outras políticas educacionais, é que melhoram a educação pública e a aprendizagem.

15 – As escolas estaduais recebem recursos para suas necessidades de infraestrutura e limpeza?

Hoje o governo envia para as escolas R\$ 8,00 por mês por estudante, para reparos, compras de materiais de limpeza e outros itens. As direções fazem milagres com esse dinheiro que é enviado.

Agora, quer entregar para as empresas R\$ 800,00 por estudante/mês. Uma escola de 500 estudantes a R\$ 8,00 cada recebe R\$ 4.000,00 por mês. Já a empresa, nesta mesma escola de 500 estudantes a R\$ 800,00 cada, receberá R\$ 400.000,00 por mês.

Se as escolas recebessem esses recursos que o governo quer passar às empresas, fariam tudo o que se está prometendo sem gerar lucro.

16 – Quais foram os critérios para a escolha dessas 204 escolas?

Não houve nenhum critério plausível. Acreditamos que foram indicações políticas e ainda direções que quiseram agradar ao governo. Aparecem na listagem das 204 escolas elegíveis diferentes tipos,

demonstrando que não houve critério na hora de escolher as mesmas. Há escolas em áreas rurais, em municípios pequenos; escolas urbanas centrais e periféricas; com bons indicadores de aprendizagem; com adequada infraestrutura; outras que precisam melhorar seus indicadores e que necessitam de adequações de seus espaços físicos; escolas com número grande de estudantes e outras nem tanto. Enfim, uma ausência total de critérios. O mais promissor é: lucro para o empresário.

17 – Esse modelo já foi implantado em outros países? Foi bom?

Sim. Países como os Estados Unidos, Suécia e Chile, já há algum tempo contam com o modelo de escola em que a gestão é feita por uma empresa privada. Há um número expressivo de questionamentos por parte de pesquisadores(as) e de governos locais sobre a eficiência do modelo. A Suécia, que privatizou seu ensino na década de 1990, teve que abandonar a gestão privada porque viu que deu errado. Estas escolas, depois de vendidas, têm menos diversidade, como a presença de pessoas com deficiência ou de negros(as), e dificuldades de acompanhamento de estudantes com baixa aprendizagem. Não raras vezes as empresas abandonam a gestão da escola quando verificam que a atividade não está gerando o lucro desejado e, por isso, podem até mesmo serem fechadas, como ocorre nos Estados Unidos, trazendo prejuízos sérios aos governos locais e principalmente à comunidade escolar que se vê abandonada.

18 – A SEED diz que confia plenamente nas direções de escola e quer resultados de excelência. Será mesmo?

Se a Secretaria da Educação confiasse nas direções não entregaria as escolas para as empresas. Na verdade as direções, pedagogos(as), funcionários(as) e professores(as) dedicam-se plenamente ao trabalho, apesar das adversidades que passam, tanto estruturais quanto pedagógicas.

19 – Como ficará o ensino noturno, a educação profissional, escola do campo e outras modalidades nessas escolas?

O governo “garante” que nada mudará. Geralmente, o que vemos em todas as políticas de “inovação do governo” são promessas não

cumpridas. O governo já fechou a maioria das escolas noturnas, especialmente de EJA (Educação de Jovens e Adultos), prejudicando os(as) trabalhadores(as), somente para obter números para o IDEB. Tem agido da mesma forma em escolas que ainda atendem à educação profissional. Ano a ano, o governo IMPEDE a abertura de novas turmas. Portanto, não está garantida a oferta das modalidades de ensino e nem do noturno. As empresas não gostam do ensino noturno pois precisam dispor de mais recursos.

20 – Como fica a educação especial?

A APP-Sindicato, assim como as famílias, está muito apreensiva com nossos(as) estudantes da educação especial. A atual política do governo já reduziu ao máximo os atendimentos especializados. As escolas e os(as) profissionais da educação estão trabalhando de forma totalmente desamparada pelo governo, o que prejudica também os(as) estudantes. Nesse sentido, a empresa, na ânsia de redução de gastos, pode diminuir ainda mais o atendimento a esses meninos e meninas e, com o tempo, pressionar para que saiam da escola.

21 – O que é possível fazer para melhorar o atendimento para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação?

Essa pauta precisa com urgência ser ampliada. A política de inclusão é uma luta histórica dos(as) profissionais da educação. Mas são necessários mais recursos e organização por parte dos governos. O que temos por parte do governo Ratinho Jr. é uma diminuição dos direitos dos(as) estudantes e um descaso com a inclusão, contrapondo com o esforço das direções, das equipes pedagógicas, dos(as) professores(as) e dos(as) funcionários(as).

É preciso uma política de diminuição de estudantes por turma para um melhor acompanhamento dos(as) mesmos(as), do atendimento especializado de forma permanente e no contraturno, de intérpretes com jornada justa e adequada, entre outros.

22 – O que muda para o(a) professor(a) efetivo(a) QPM?

O governo diz que nada muda. Que o(a) professor(a) QPM pode ficar na escola. Mas, vamos aos fatos:

O(a) professor(a) QPM sofre pressões diárias das empresas na escola; está submetido(a) a um número maior de metas e regras; é constrangido(a) frequentemente e, por essas razões, geralmente pede para sair da escola;

O(a) professor(a) atuava nessa escola há muito tempo e se vê obrigado(a) a sair. Foi o que aconteceu nas escolas já privatizadas;

O(a) professor(a) não terá garantia da aula extraordinária na mesma escola que sempre trabalhou. No primeiro ano pode até ter, mas como a empresa quer lucro, logo fará opção pelo(a) professor(a) mais barato(a);

Não haverá mais condições de lotação do(a) professor(a) nas escolas privatizadas.

23 – O que muda para o(a) funcionário(a) efetivo(a) QFEB?

Mais uma vez o governo diz que nada muda. Que o(a) efetivo(a) pode ficar na escola. Mas, logo em seguida, já diz que “se quiser” pode mudar de escola.

A realidade dos(as) efetivos(as) nas escolas estaduais hoje já é bem crítica, pois são poucos(as) por escola, já que o governo optou pela privatização desses(as) profissionais. O que diferencia é que, a cada ano, poderá vir para a escola um(a) funcionário(a) novo(a). Os (as) QFEBs sempre estarão sobrecarregados(as), conhecem o trabalho, mas terão que refazer os ensinamentos ano a ano. Sem dizer que se a empresa quebrar leva junto todos(as) os(as) contratados(as). Daí, o(a) funcionário(a) estatutário(a) deve realizar todos os trabalhos.

24 – O que muda para o(a) professor(a) PSS?

O(a) professor(a) não atenderá mais nessas escolas de acordo com a classificação do Estado através do processo seletivo. A seleção será da empresa, ou seja, aquele(a) que atender o que a empresa determinar. Também pode demitir a qualquer momento sem nenhuma defesa prévia do(a) professor e ao(à) PSS está garantida a ampla defesa. Nesse caso, as perseguições podem aumentar. A educação atenderá às regras privadas.

O número de horas atividades será menor: de 10 horas/aula hoje para 7 horas/aula, segundo o próprio documento do governo. (Cartilha Parceiro da Escola, p.17, item 27). Também não há garantia para acompanhamento de licença de saúde. Se faltar, terá todos os descontos, inclusive de repouso semanal remunerado.

Enfim, voltamos ao processo de “padrinhos” da educação: trabalha quem eu quero, no caso, a empresa.

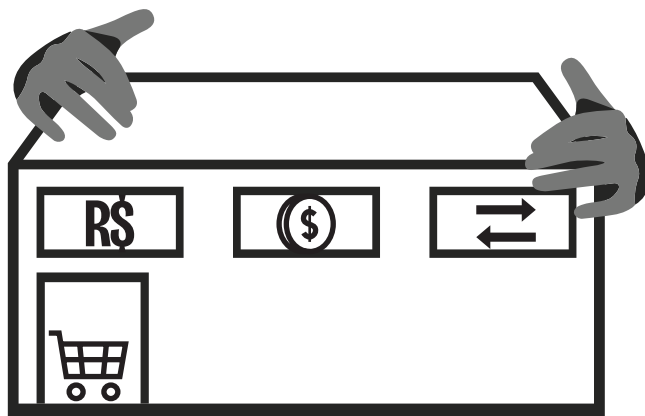
25 – E funcionários(as), como serão contratados(as)?

Também é a empresa que vai contratar. As chamadas garantias de CLT são lutas históricas dos(as) trabalhadores(as). Mesmo assim, os(as) profissionais passarão por processo de “escolha” ou de apadrinhamento e não há definição de que os salários serão iguais aos dos(as) efetivos(as).

Hoje, as empresas terceirizadas já pagam salários menores do que os dos(as) efetivos(as) do Estado, a rotatividade é grande e a escola pode ficar abandonada e esses(as) profissionais desamparados (as) se a empresa quebrar ou desistir de ser “parceira”. É só não ter lucro que ela vai embora rapidinho.

26 – Como será a “escolha” dessas empresas?

Há uma série de requisitos para a escolha dessas empresas. Na Escola Estadual Aníbal Khury, a empresa, no seu primeiro ano, já



deixou a escola e os mesmos CPF abriram uma nova empresa. Dá pra confiar? Como fiscalizar? O próprio governo contratou uma empresa para verificação e fiscalização dos contratos e dos recursos aplicados? Pode isso?

Infelizmente, o que vemos é um festival de recursos para empresas privadas sem nenhuma fiscalização. Tanto a APP-Sindicato como deputados(as) na Alep (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná) já solicitaram documentação sobre essas empresas e até agora nada.

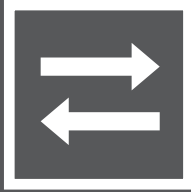
Ainda teremos muitas situações que desconhecemos e que aparecerão. Temos realizado as denúncias, mas até o momento obtivemos o "silêncio dos culpados".

27 – Como será a merenda na escola?

O governo diz que permanece como está. Mas, se a empresa é que vai comprar e para ter mais lucro vai comprar em alta escala, com certeza a qualidade será pior e com o tempo não temos a garantia de que haverá merendeira na escola para fazer a merenda de qualidade, tampouco que virá da agricultura familiar que tem garantia de qualidade.

28 – A empresa terá lucro?

É o que a empresa almeja. Toda empresa privada visa a obtenção de lucro. Diferente do que a Constituição Federal prevê para o serviço público. No mínimo, por ano, a empresa terá cerca de R\$ 240 milhões de lucro.



O que o Governo não diz:

Se a empresa
quebrar, ela vai
embora e a escola
ficará abandonada.



Junte-se a nós
e diga não à venda
das escolas públicas
do Paraná

Nós, do Movimento Não Venda a Minha Escola,
lutamos pela escola pública de qualidade.
Participe desta luta para impedir que o governo
venda outras 204 escolas do Paraná.

Outra
educação
é possível

APP
SINDICATO
dos professores
de ensino médio
do Paraná
CUT CIB

